

ATA DA 34ª (TRIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia 30 de outubro de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza, Vice-Presidente desta Casa de Leis. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e quinze minutos. Foi executado o Hino Nacional. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio); Alexandre Vitor Castro da Cruz (Prof. Alexandre); Fábio de Paulo dos Reis (Fabinho Gasolina); Florisvaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; José de Arimatéia Neves; Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Na leitura das correspondências e comunicações foram lidos os ofícios de justificativa de ausência da Sr.ª Ver.ª Adriana Fátima de Paula Magalhães e do Sr. Ver. José Roberto dos Santos (Salitre). Não houve leitura de correspondências. A Ata da 33ª (Trigésima Terceira) Reunião Ordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, a inserção na Ordem do Dia, com votação em Regime de Urgência, dos Processos de Lei nº 231/2018 (PL 57/2018) – Denomina o próprio público que especifica. (autor: Prefeito Municipal) e nº 232/2018 (PL 58/2018) – Denomina o próprio público que especifica. (autor: Prefeito Municipal). Requerimento APROVADO por unanimidade. O Sr. Presidente requereu a votação em regime de urgência do Processo de Lei Complementar nº 48/2018. Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: **Processo de Decreto Legislativo nº 116/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Eder Sidnei Martins (autor: Ver. Florisvaldo José de Souza). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E REDAÇÃO FINAL. Processo de Decreto Legislativo nº 110/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Emerson Caixeta (autor: Pastor Alaércio). Processo APROVADO por unanimidade. **Processo de Decreto Legislativo nº 111/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Elias Moreira Sena (autor: Pastor Alaércio). Processo APROVADO por unanimidade. **1ª (PRIMEIRA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Decreto Legislativo nº 112/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Marcelo de Carvalho Ribeiro (autor: Ver. José Roberto dos Santos). **Pareceres** pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade. **Processo de Decreto Legislativo nº 113/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Daniel Victor Costa (autor: Vereador Adriana de Paula). **Pareceres** pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade. **Processo de Decreto Legislativo nº 114/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. José Carlos dos Anjos (autor: Ver. Thiago Malagoli). **Pareceres** pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade. **Processo de Decreto Legislativo nº 115/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Pastor Daniel Delegu (autor: Ver. Thiago Malagoli). **Pareceres** pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade. **Processo de Resolução nº 18/2018** – Altera o

inc. I do art. 166 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Patrocínio. (autores: Marcilene Jacinto, Pastor Alércio, Roberto Margari, Florisvaldo José e Raquel Rezende). **Pareceres** com emendas pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade após a realização das emendas propostas. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que o projeto visa a publicidade e a transparência; que através do áudio e vídeo dúvidas podem ser sanadas; que se desculpa pela forma como se expressou; que gritar é incoerente; que quer rever a fala dita pelo prof. Alexandre, embora já tenha se desculpado. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que a imagem precisa estar disponível aos vereadores; que pedia licença para se ausentar devido a compromisso assumido. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Processo de Lei nº 231/2018 (PL 57/2018)** – Denomina o próprio público que especifica. (autor: Prefeito Municipal). Em Regime de Urgência com requerimento já APROVADO. **Pareceres** verbais pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade. **Processo de Lei nº 232/2018 (PL 58/2018)** – Denomina o próprio público que especifica. (autor: Prefeito Municipal). Em Regime de Urgência com requerimento já APROVADO. **Pareceres** verbais pela tramitação. **Processo APROVADO** por unanimidade. **Processo de Lei Complementar nº 48/2018** - Extingue cargos do quadro de provimento em comissão, cria cargos no quadro de provimento efetivo e altera os anexos II e III da Lei Complementar n.º 050 de 18 de dezembro 2008 que “Dispõe sobre a estrutura administrativa, estabelece o quadro de cargos, funções e respectiva remuneração da Câmara Municipal de Patrocínio.”(autor: Mesa Diretora). A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que como parlamentar entende que o Legislativo não tem de acatar todas as recomendações da promotoria; que o parecer foi pela tramitação por não conter ilegalidade, mas que é contrária à aprovação. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que o TAC se referiu somente ao cargo de ouvidor e que nos demais houve apenas uma recomendação; que o próximo Presidente que deverá fazer as devidas alterações. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que transformar um cargo comissionado em efetivo é valorizar e “abrir as portas largas” para qualquer pessoa que quiser entrar; que aquele que vier para o concurso, demonstrar competência e passar em 1º lugar terá o cargo para sempre; que pensar o contrário e diminuir a possibilidade de cargos efetivos seria um retrocesso; que é preciso batalhar para que cada vez mais as pessoas sejam concursadas e estáveis a fim de terem condições para trabalharem; que é preciso dar exemplo, uma vez que esta Casa vem cobrando do próprio Prefeito a realização de concurso público já que existem tantos contratados; que a Câmara tem hoje ocupantes de cargos comissionados que os atende muito bem, sendo excelentes profissionais; que trata-se de meritocracia; que não podemos estar em um cargo por sermos amigo de alguém; que quanto mais efetivos melhor. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que faz sentido deixar a decisão para a próxima Mesa Diretora pelo prazo de finalização desta gestão não ser suficiente para terminar o procedimento; que é totalmente a favor da realização de concurso público. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que o Presidente do PHS ligou nesta Casa para saber a quantidade de cargos em comissão; que usam esses cargos para troca de favores; que é preciso haver o concurso público; que não importa se a próxima Mesa Diretora terá dificuldades para prosseguir no processo; que não quer participar de nenhuma Comissão no próximo ano, porque é

Presidente de uma delas hoje e nunca teve voz ativa; que assinam os pareceres sem se reunir previamente e sem lê-los. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que é preciso dar exemplo já que se são contrários ao nepotismo e as contratações; que a função da promotora é fiscalizar; que os servidores serão para ajuda-los; que os parlamentares podem ser leigos, mas os profissionais não; que precisam fazer uma política nova com ética e compromisso com o dinheiro público; que acredita que deveriam acabar com todos os cargos comissionados, sendo suficiente o vereador escolher alguém de sua confiança para colocar dentro de seu gabinete. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que desde seu primeiro mandato todos os cargos foram ocupados por pessoas capacitadas; que não reconhecer o trabalho deles seria uma ingratidão; que não se pode desqualificar os servidores comissionados ou denegri-los; que eles são extremamente competentes; que ela não tem nenhum cargo indicado nesta Casa; que para ocuparem estes cargos existem certos requisitos que demonstra a qualificação de cada um. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que não mencionou desqualificação dos servidores ocupantes em cargos comissionados; que elogiou todos os que lhe atendem nesta Casa; que é bom manter a educação sem alfinetar com leveza; que é apaixonado pelo atendimento de todos nesta Casa; que somente reconheceu a importância da realização do concurso público por “abrir portas largas” para todos; que o projeto trata inclusive de um cargo hoje ocupado por servidor efetivo; que não desqualificou o trabalho dos servidores comissionados desta Casa; que sempre defenderá a realização de concurso; que um professor educa somente pelo amor, jamais desqualifica qualquer aluno; que quer ouvir o áudio, porque tem convicção de que não mencionou a desqualificação de nenhum servidor. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que também não desqualificou ninguém; que todos os cargos comissionados foram indicados pelo Prefeito, sendo um abuso; que se alguém do PHS for o próximo Presidente não acredita que serão mantidas as mesmas pessoas que ocupam os cargos comissionados atualmente; que o Presidente do PHS fará o que quiser nesta Casa; que gosta de todos os servidores e os respeita. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que como membro de Comissão pode até não ter se reunido, mas que lê todos os pareceres. Em Regime de Urgência com requerimento já APROVADO. Pareceres pela tramitação. Processo REJEITADO por não falta de quórum para aprovação de projeto de lei complementar. Votação de 7 (sete) votos favoráveis e 3 (três) contrários. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que todas as reuniões com projetos polêmicos a vereadora Raquel não vem; que quer saber se as faltas estão sendo descontadas, uma vez que não há justificativa pela ausência; que a vereadora Adriana também “foge da raia”. Foram APROVADAS por unanimidade as seguintes INDICAÇÕES: De autoria da Sr.^a Ver.^a Adriana Fátima de Paula Magalhães: nº 778/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a reforma do Centro Educacional Marco Túlio; nº 779/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando a construção de um Centro de Educação Infantil na Comunidade Martins. De autoria do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho): nº 780/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando providências junto ao Sr. Secretário de Obras e Serviços Públicos referentes à recomposição asfáltica em trechos das Ruas Irmã Renê, São Benedito, Bernardino Machado, Vicente Caldeira, Cassimiro Santos, Salitre, Gustavo Machado e Arthur

Botelho, no bairro São Vicente. Foram APROVADAS por unanimidade as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria da Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz: nº 299/2018, a Alisson Henrique Campos pelo lançamento do livro “Brasil estradas, aventuras, desafios e muitas histórias pra contar”. O Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli reassumiu a presidência dos trabalhos legislativos. Foi REJEITADO o REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2018 de autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli para convocar o Sr. Carlos Alberto da Silva, Secretário Municipal de Esporte e Lazer, para comparecer na 34ª Reunião Ordinária do dia 30 de outubro de 2018 acerca da Sindicância instaurada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal no dia 25 de outubro de 2018. **GRANDE EXPEDIENTE.** O Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli disse que todos serão responsáveis pelo descumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta; que votar contrariamente a um TAC é um absurdo; que a Casa para o próximo biênio não quer evitar “roubos/furtos” com um Controlador comissionado; que isso é uma pouca vergonha; que inadmissível o descumprimento de um TAC; que isso deve ter sido a mando da Prefeitura; que devem estar querendo que esta Casa seja um “cabide de emprego” como tem sido na Prefeitura; que isso não reflete transparência; que uma Câmara que desrespeita o Judiciário e o Ministério Público merece matéria na televisão; que a liminar pedida pelo município foi para que o Estado pagasse as creches; que fica imaginando onde o colocariam se descobrissem que ele estava abastecendo seu veículo próprio com dinheiro desta Casa; que não foi só o Secretário que abasteceu com dinheiro público; que esta Casa rejeitou a convocação do Secretário; que agora está nítida a existência de acordos clandestinos para ocupação de cargos; que a intenção é prejudicá-lo junto à promotoria; que o próximo Presidente intenciona fazer rolos nesta Casa; que está indignado; que esta Câmara é omissa e foi “comprada”; que aqui está havendo acordos escusos, fora o vereador Panxita; que há notas comprovando o abastecimento realizado por várias pessoas, não só o Secretário; que amanhã encaminhará ao Ministério Público a planilha com os votos rejeitando o processo para a realização dos concursos; que um controlador indicado pode “mascarar” os números; que pede ajuda e solidariedade ao MP para rever o que houve; que trará todos os dias os reais números referentes à receita do município; que são 117 (cento e dezessete) cargos em comissão 810 (oitocentos e dez) contratados na Prefeitura; que o debate é importante, mas sem denegrir as pessoas; que há dinheiro em caixa e não conseguiram fazer o Pronto Socorro, e ainda dizem que ele é que é mal assessorado; que o Lucas deve ter “roubado” muito já que não deu conta de fazer nada em favor do município, enquanto dizem hoje que a receita não foi aumentada; que atualmente foram criados cargos de Subsecretários; que o Prefeito devia ter vergonha de avalizar matéria contra ele e os servidores para ser publicada; que na próxima semana irá às rádios utilizar-se de seu direito de resposta; que a entrevista coletiva foi para “tampar” o problema com o combustível; que não foi ele quem foi condenado para devolver dinheiro para os cofres públicos; que na próxima reunião proporá a redução da quantidade de assessores desta Casa. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que seria objetiva e ponderada; que cabe ao parlamentar expressar seu voto da forma que achar correta; que não teve orientação ou pedido para votar a favor ou contra o projeto que cumpria o Termo de Ajuste de Conduta; que as pessoas que se alteram podem até passar mal, então é preciso

controlar os ânimos; que o parlamentar justifica sua ausência em uma reunião como um todo; que o Sr. Presidente falou do próprio funcionário que ocupa o cargo comissionado de Controlador Interno quando disse sobre a possibilidade de alterar os números. O Sr. Presidente disse que o Controlador Interno desta Casa é efetivo. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que não será penalizado quanto à rejeição do projeto, uma vez que o voto é livre; que não dá tempo de fazer concurso ao final de um mandato; que deveria ter sido feita uma reunião com todos para garantir a presença de todos; que votou contrariamente ao requerimento de convocação porque o fato já está sendo apurado; que após a conclusão da sindicância talvez seja interessante convocar o Secretário; que os parlamentares têm o direito de votarem. O Sr. Presidente disse que é mentira da vereadora; que no seu mandato o cargo de Controlador Interno sempre foi ocupado por um servidor efetivo; que o Controlador desta Casa é contador; que foram contrários para que haja o “cabide de emprego”; que gostaria somente de escutar o Secretário; que queria saber se viram o despacho do Dr. Valney dizendo que a responsabilidade pelas crianças é do Estado e também do Município; que já foram perdidos R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões) da Vale por briga pessoal; que cada Secretário tem um Subsecretário na Prefeitura; que todo dia o Prefeito está nas rádios rebatendo o que as pessoas dizem e defendendo vários funcionários da Administração; que ele fez uma coletiva de imprensa para lhe contestar, mas nada falou sobre as creches; que somente um contador entenderia o que foi dito na entrevista; que continuará enfrentando a oposição com o vereador Ari e também a situação; que realizou o concurso público, criou a Ouvidoria e estruturou toda a Casa; que suas previsões têm dado certo até hoje; que sua pesquisa é feita na rua; que a promotora lhe deu 30 (trinta) dias para apresentar o projeto para que o próximo Presidente realizasse o concurso; que justificar a rejeição do projeto porque não é possível dar sequência com a próxima Mesa Diretora não é válido; que não deixou nenhum vereador fazer barganha com os cargos comissionados desta Casa. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que gostaria de saber o prazo para finalização do concurso público. O Sr. Presidente disse que a promotora deu um prazo de 30 dias para apresentar o projeto e 120 para a realização do concurso; que se esse prazo de 120 dias não for suficiente poderá haver pedido de dilação de prazo; que o Prefeito vai realizar o concurso em cumprimento ao um TAC feito com o Lucas. A Sr. Ver.^a Neusa Mendes disse que foi contrária pelo limite de prazo, para que esta Casa não fique sem Procurador. O Sr. Presidente disse que o cargo de Procurador não será objeto de concurso; que deixará as licitações todas prontas para o próximo Presidente, assim como fez Cássio Remis; que fará aditivos em todos os contratos para não prejudicar a “coisa pública”; que o Tribunal de Contas determinou a suspensão da contratação da assessoria jurídica enquanto apura a denúncia ocorrida referente à licitação; que o Dr. Paulo, como Procurador, foi até o Tribunal para tentar conseguir a decisão no sentido da possibilidade de contratação da Dr.^a Dorothea, que venceu a licitação; que estão perseguindo ele por falta de coragem de fiscalizar o Prefeito e por terem medo de serem ameaçados como ele; que tem Secretário de dentro de sua casa denegrindo sua imagem justificando que seu jeito de ser é por ser um usuário de drogas; que não está aqui para fazer intrigas; que há várias denúncias sobre ilegalidades ocorridas na Prefeitura; que o abastecimento irregular é só o início do iceberg; que se isso

acontecesse com ele iriam tirá-lo do cargo; que manterá suas convicções; que fez sua prova na faculdade pela metade e veio para a reunião quando viu o que estava acontecendo; que não se utilizou da Presidência da Câmara para nenhum negócio pessoal; que tem mais de 20 (vinte) ações para ingressar na justiça no próximo ano quando não for mais o gestor desta Casa; que a primeira será para ajudar os dependentes químicos; que não poderão dizer que fez barganha de empregos e falcatruas; que os vereadores votaram contra o projeto por querem colocar nos cargos comissionados seus próprios indicados, não pessoas capacitadas. Foi pedida a revisão da contagem dos votos referentes ao Requerimento de Convocação. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que todos os vereadores foram eleitos pelo voto; que não precisa de nenhum dos cargos comissionados; que votou favorável ao projeto; que acha justa a vinda do Secretário para se justificar perante a sociedade; que faltaram os votos do Panxita e do Dr. Ari que precisaram se ausentar da reunião. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que se desculpava por ter se retirado da reunião por alguns instantes; que é a favor da vinda do Secretário; que não é possível votarem contra a prestação de informações de alguém que confessou ter feito algo errado; que confiou na palavra do vereador Fabinho Gasolina que disse que votaria a favor do Requerimento; que várias outras pessoas abasteceram seus carros com dinheiro público para fazerem política; que isso ocorreu pela manhã no dia de inauguração da ponte; que não dá para confiar em ninguém na política; que não há motivo para negarem a vinda do Secretário; que provavelmente querem evitar o surgimento de outras irregularidades; que há inúmeras irregularidades no processo para a construção do Pronto Socorro; que o Governador pegará o dinheiro de volta por falta de competência da Administração; que esta Casa já negou 11 (onze) Requerimentos de Informação; que a Prefeitura permite diárias e disponibiliza carros oficiais, logo não há como dizer que o abastecimento foi para executar suas funções; que parabenizava os vereadores que se posicionaram hoje, diferentemente daqueles que são base do governo na hora de se beneficiarem, mas que não comparecem quando a situação aperta; que é governo, mas não abre mão de mostrar seu posicionamento; que seria bom para o Carlão vir nesta Casa mostrar o seu lado; que os vereadores têm a função de fiscalizadores; que se tiver provas de alguma irregularidade vai direto ao Ministério Público denunciar, sem medo; que lugar de bandido é na cadeia; que quem está na vida pública precisa cuidar das pessoas; que ainda acredita que o Carlão deve vir a esta Casa se explicar para a população, mesmo que se utilizando do Grande Expediente; que nas próximas eleições quando ele for pedir votos a situação já estará resolvida; que os vereadores são bem remunerados para virem uma vez na semana nas reuniões; que cada um votou com a sua convicção, mostrando que ser governo não é usar cabresto. O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que tem grande admiração pelo Prefeito; que ele nunca pediu para que ele votasse contrário a projeto algum; que nunca se ausentou de reunião polêmica ou em algum momento na hora da votação; que orientação judicial tem muito peso, sendo humilde para respeitar; que foi a favor do projeto para a realização do concurso público; que o próximo Presidente precisa ter a coragem de apresentar novamente esse projeto; que também foi favorável à vinda do Carlão nesta Casa, que foi humilde em reconhecer publicamente o seu erro; que tem certeza que se o chamarem para usar do Grande

Expediente, ele virá; que acredita que seu erro foi por desconhecimento. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que não discutirá por ter gritado; que foi favorável à realização do concurso; que cada um realmente vota com sua convicção; que o ideal é ser cota zero de cargos comissionados, sem desmerecer a capacidade daqueles que ocupam os cargos hoje; que concurso público sempre dará oportunidade para todos; que é preciso perceber tal importância; que o Plenário sendo soberano acredita ser possível mudar a situação; que acredita que o Carlão gostaria de estar aqui esclarecendo o que houve; que ninguém quer julgá-lo; que quer garantir a lisura de todos os processos; que ser favorável ao concurso não significa desmerecer os colegas comissionados; que o concurso é meritório e garante ao servidor estar aqui independente do Presidente. O Sr. Ver. Rogério Nelis disse ser amigo do Carlão, mas que precisava se posicionar a favor do povo; que parabenizava os vereadores que se posicionaram e critica aqueles que se omitiram; que é preciso ouvir o povo; que a última campanha foi um retrato do que a população quer; que o controlador interno precisa ter a liberdade para fiscalizar sem medo. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em 30 de outubro de dois mil e dezoito.

Andréia Côrtes Pereira Queiroz